

MICROSCÓPIO

RAUL PILLA 7.XII.48

O desgraçado episódio do aumento do subsídio parlamentar tem servido mais para desmoralizar a instituição, que para verberar os que a estão incarnando.

Constitui este, por certo, o principal objetivo visado pelos que, longe de procurar impedir a consumação do intento, direta ou indiretamente a têm favorecido. É inconstitucional, é inconveniente, é injustificável o que se vai fazer? Tanto melhor, porque neste país de rudimentar educação política, a condenação recairá fatalmente sobre o regime representativo, cuja prática tais fatos comporta.

Entretanto, nada mais ilógico e injusto do que tal conclusão, e lamentável é se haja de perder tempo e palavras em combatê-la. Livrementemente elcitos pelo povo foran os atuais deputados e, se ao povo desagrade o seu comportamento queixe-se ele de si mesmo, quando os soube escolher, e proteste fazê-lo com maior cuidado e consciência na primeira oportunidade.

Dêste primeiro erro, fácil será escorregar num segundo. Vejam — exclamam alguns vitoriosamente — como será possível praticar o sistema parlamentar com tal parlamento? Mas a objecção prova demais, prova contra o regime representativo, que, qualquer que seja a sua modalidade, não poderá dar resultados inteiramente satisfatórios, se a representação popular é má.

A verdade é, porém, que com essa mesma Câmara que aí está dificilmente se produziria o episódio, se parlamentar fôsse o regime. Simples e inerente ao sistema é a razão do diverso comportamento. Sensível às manifestações da opinião torna-se a representação popular no sistema parlamentar, por poder, graças ao instituto da dissolução, ser chamada a contas a qualquer momento; pelo contrário, inerte, resistente, faz-se ela no sistema presidencial, exceto na proximidade da renovação, por irredutível ser o seu mandato. Quantos, dos que estão votando o aumento do subsídio, se manteriam surdos ao clamor da opinião, sabendo que amanhã ou depois, quando menos o esperassem, seriam chamados à presença do eleitorado?

Em suma, no presidencialismo que se caracteriza pela irresponsabilidade do poder executivo, e legislativo é também irresponsável; e plenamente responsáveis são ambos os poderes no parlamentarismo. Os mesmos homens comportam-se diferentemente, porque diferentes são as condições criadas pelo funcionamento do regime.

Esta foi, justamente, a razão que levou alguns deputados, ainda hesitantes, a subscrever, nesta última semana, a emenda parlamentarista: no regime parlamentar, raciocinaram eles, não se consumaria a elevação do subsídio que, agora, contra as mais claras manifestações da opinião pública, se vai levando a trancos e barrancos.